

# DESTAQUES DA SEMANA

## Tecnologia da Informação

14 a 17 de abril de 2025

### Nesta Edição

- △ [Atividades da Confederação Assespro](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Internet](#)
- △ [Ambiental](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Internacional](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Transformação Digital](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [Nomeações](#)
- △ [Governo Digital](#)

## Atividades da Confederação Assespro

A Confederação esteve presente em **reunião com o Sebrae e outras entidades do setor** para dar continuidade às ações relacionadas ao termo de cooperação que visa promover desenvolvimento e fortalecimento das MPE do setor. Na ocasião, representaram a ASSESPRO, **Roberto Mayer**, vice-presidente de Relações Internacionais; **Deybson Cipriano**, vice-presidente de Articulação Política; e **Felipe Sene**, da Foco – Relações Governamentais.

A entidade também participou de reunião online da Aliança Multissetorial pela Cibersegurança Nacional com o assessor especial do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), **Marcelo Malagutti**, em que foram debatidas alternativas de governança, estrutura regulatória e políticas públicas voltadas à cibersegurança no Brasil. A reunião teve por objetivo alinhar propostas entre diferentes setores e fortalecer o diálogo técnico em torno do tema. A Assespro foi representada por **Renato Roll** e **Laisa Pereira**, da Foco – Relações Governamentais.

## Internet

- CADE reabre inquérito contra Google por suposto abuso em buscas e uso de notícias.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) decidiu **reabrir o inquérito administrativo que investigou o Google** por possível abuso de posição dominante no mercado de buscas e no uso de conteúdo jornalístico. A conselheira Camila Cabral Alves aprovou a avocação (desarquivamento) do caso, encerrado em dezembro de 2024 pela Superintendência-Geral, para nova análise no Tribunal Administrativo da autarquia. O processo trata de uma denúncia de *scraping* de conteúdo jornalístico por parte do Google, que teria passado a exibir trechos de matérias, imagens e manchetes de terceiros diretamente em suas plataformas, como o Google Search e o Google News. A conduta levantou preocupações sobre a retenção de tráfego, com impactos no acesso aos sites jornalísticos e na divisão de receitas de publicidade digital. Embora a Superintendência-Geral tenha entendido que não houve infração à ordem econômica, ao arquivar o inquérito com base na ausência de dano ao consumidor e na inexistência de bloqueio a insumos essenciais, o Tribunal do CADE considerou relevante reavaliar o caso para fomentar o desenvolvimento de jurisprudência sobre mercados digitais. Com informações de: [Tele Síntese](#)

## Segurança Cibernética

- **BRICS fortalece cooperação em segurança cibernética.** Durante a **11ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Segurança no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação**, realizada em Brasília, representantes dos países integrantes do BRICS reforçaram a necessidade de fortalecer ações conjuntas para proteger dados e infraestruturas críticas. Os países do grupo buscam **reduzir dependência de soluções estrangeiras e promover governança digital mais inclusiva, com foco em respostas rápidas a ameaças transnacionais**. Com informações de: [BRICS Boletim](#)

## Inteligência Artificial

- **Computação quântica: Governo Lula projeta investimento de R\$ 5 bilhões após Plano Brasileiro de IA.** O governo brasileiro planeja mobilizar **R\$ 5 bilhões** em recursos para o desenvolvimento de iniciativas em computação quântica. A proposta está sendo elaborada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (**MCTI**) e prevê a alocação de recursos públicos e privados para investimento no setor nos próximos 10 anos. O projeto deve ser oficializado ainda no primeiro semestre por meio de uma portaria que projeta o investimento de R\$ 3 bilhões até 2029, com R\$ 1,7 bilhão destinado a soluções de infraestrutura, R\$ 300 milhões em capacitação profissional, R\$ 500 milhões em sensoriamento e R\$ 500 milhões em capacidade de processamento computacional, conforme detalhou **Ulisses Martins Rosa**, coordenador de fomento à inovação do MCTI. Outros R\$ 2 bilhões estão destinados para a continuidade do projeto entre 2030 e 2034. Com informações de: [Trading View](#)
- **Brasil ganha novo centro de pesquisa em Inteligência Artificial em São Paulo.** A TELUS Digital e a Universidade de São Paulo (USP) firmaram uma parceria para a **criação de um hub de inovação em Inteligência Artificial (IA)**, com um investimento de **US\$ 1 milhão ao longo de 3 anos**. O centro será instalado no Centro de Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina (CIAAM) da USP, criado em 2023 para promover inovação e discutir os impactos das

novas tecnologias. O objetivo do projeto é expandir as pesquisas em IA e contribuir para a formação de profissionais na área, além de promover a **colaboração entre a academia e a indústria**. A iniciativa também incluirá atividades como seminários e cursos, buscando incentivar a pesquisa aberta e a troca de conhecimento. A TELUS Digital destaca que o centro de pesquisa se alinhará aos princípios de inovação ética e governança responsável em IA, com foco em soluções que aprimorem as capacidades humanas. A parceria visa ainda fortalecer o debate global sobre as tecnologias e seus impactos sociais, econômicos e culturais. Com informações de: [Convergência Digital](#)

- **Meta adota uso de dados públicos da União Europeia para IA.** A Meta, empresa controladora de plataformas como Facebook e Instagram, anunciou a **implementação de uma nova política para utilizar dados públicos de usuários da União Europeia (UE)** no treinamento de seus modelos de inteligência artificial (IA) generativa. A decisão segue a introdução do chatbot Meta AI nas plataformas da empresa na UE, após atrasos causados pelas rigorosas normas de proteção de dados, como o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). A Meta usará publicações, comentários públicos e interações com o chatbot Meta AI para aprimorar seus modelos de IA, **assegurando que a coleta de dados exclua menores de 18 anos e mensagens privadas entre usuários adultos**. A empresa também dará aos usuários da UE a opção de não participar dessa coleta de dados. A decisão da Meta baseia-se na interpretação do Comitê Europeu de Proteção de Dados de dezembro, que considerou o "interesse legítimo" como base legal suficiente para o uso de dados públicos para treinar modelos de IA na região. Essa abordagem pode incentivar outras empresas de tecnologia a seguir diretrizes semelhantes, sempre cumprindo as normas de proteção de dados e privacidade da UE. Com informações de: [Poder 360](#)

## Transformação Digital

- **Cotado para o Ministério das Comunicações, deputado Pedro Lucas propõe projeto sobre infraestrutura nacional de *data centers*.** O deputado **Pedro Lucas (UNIÃO/MA)**, – cotado como próximo ministro das Comunicações – apresentou, nesta segunda (14), o [PL 1680/2025](#) (*Institui a Política Nacional para Processamento e Armazenamento Digitais*), com o objetivo de promover o crescimento da infraestrutura de *data centers* no país. A matéria aguarda despacho às Comissões.
  - » A proposição institui a **Política Nacional para Processamento e Armazenamento Digitais (PNPAD)**, com o objetivo de expandir *data centers* e demais infraestruturas essenciais para o processamento e armazenamento de dados. A implementação se dará por meio da criação das **Zonas Especiais de Processamento e Armazenamento Digitais (ZEPAD)**, áreas **prioritárias para o desenvolvimento de empresas e serviços tecnológicos**, cuja criação ocorrerá por decreto, devendo atender **requisitos**, como: **(i)** indicação de localização adequada no que diz respeito a acesso a insumos necessários ao processamento e armazenamento digitais; **(ii)** comprovação da disponibilidade da área destinada a sediar a ZEPAD; **(iii)** comprovação de disponibilidade financeira, considerando inclusive a possibilidade de aportes de recursos da iniciativa privada; **(iv)** viabilidade para a construção e para o estabelecimento de infraestrutura e de serviços capazes de absorver os efeitos de sua implantação; e **(v)** indicação da forma de administração da ZEPAD.

## Mídias Sociais

- **Deputado Júlio Cesar Ribeiro assume relatoria de projeto sobre proteção infantil na internet na CCOM.** Destacamos que o deputado **Julio Cesar Ribeiro** (REP/DF) **avocou a relatoria do [PL 4474/2024](#)** (*instituir medidas de proteção a crianças e adolescentes na internet*) na Comissão de Comunicações (**CCOM**), sendo aberto o prazo para oferecimento de emendas ao projeto – *o qual deve se estender até o dia 29 de abril*. A matéria aguarda o encerramento do prazo e a apresentação do parecer do relator ao projeto e eventuais emendas para ser incluída na pauta de reunião deliberativa da Comissão. Após a análise pela CCOM, a matéria seguirá para apreciação das Comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (**CPASF**) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (**CCJC**). Caso aprovado, o projeto será encaminhado diretamente ao Senado Federal para deliberação – *salvo interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário da Câmara*.
  - » De autoria do deputado **Antônio Carlos Rodrigues** (PL/SP), o [PL 4474/2024](#) tem como objetivo **instituir medidas de proteção a crianças e adolescentes na internet**, por meio de **alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente** ([Lei nº 8.069](#)), no **Marco Civil da Internet** ([Lei nº 12.965](#)) e na **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD** ([Lei nº 13.709](#)).
  
- **Designado relator de projeto sobre Governança da Internet na CCOM; emendas podem ser apresentadas até 30 de maio.** Destacamos que o deputado **David Soares** (UNIÃO-SP) foi **designado relator do [PL 4557/2024](#)** (*Reorganização da Governança da Internet no Brasil*) no âmbito da Comissão de Comunicação (CCOM) da Câmara dos Deputados, sendo aberto prazo para oferecimento de emendas ao projeto – *o qual deve se estender até o dia 30 de maio*. A matéria aguarda o encerramento do prazo para emendas e a apresentação do parecer do relator ao projeto e eventuais emendas para ser incluída na pauta de reunião deliberativa da Comissão. Após a análise pela CCOM, o projeto será deliberado pelas Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovado, será remetido diretamente para apreciação pelo Senado Federal – *salvo interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário da Câmara*.
  - » De autoria do deputado **Silas Câmara** (REP/AM), [PL 4557/2024](#) “*Altera as Leis [nº 9.472, de 16 de julho de 1997](#), [nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), e [nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), para reorganizar a governança da Internet no Brasil, fortalecer a **supervisão e regulamentação das atividades de registro e manutenção de domínios**, e assegurar a **transparência e eficiência na gestão da Internet**”.*
  
- **Deputado Carlos Jordy assume relatoria de projeto sobre liberdade de expressão nas redes sociais na CCJC.** O deputado **Carlos Jordy** (PL/RJ) foi **designado relator do [PL 1329/2024](#)** (*liberdade de expressão em redes sociais*) no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (**CCJC**), sendo aberto prazo oferecimento de emendas ao projeto – *o qual deve se estender até dia 24 de abril*. A matéria aguarda o fim do prazo para emendas e a apresentação parecer do relator ao projeto e eventuais emendas para ser incluída na pauta deliberativa da Comissão. Após a análise pela CCJC, o projeto seguirá diretamente para o Senado Federal – *salvo interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.

- » De autoria do deputado **Alberto Fraga** (PL/DF), o projeto estabelece que ordem judicial deverá determinar a **remoção de conteúdo ou a suspensão de perfil ou usuário** por violação relacionada à liberdade de expressão deva ser devidamente motivada, com razões de fato e de direito, e deve ser pública, sob pena de nulidade. Além disso, torna **nula** qualquer ordem que **obrigue o provedor a assumir a responsabilidade pela remoção de conteúdo ou suspensão de perfil**, sob alegação de violação de contrato ou outro motivo.
  - » A matéria já foi aprovada na Comissão de Comunicação (**CCOM**) na forma do [substitutivo](#) proposto pelo deputado **Silas Câmara** (REP/AM), que traz uma alteração de cunho redacional, **retirando da ementa o termo “redes sociais”** de modo a tornar a ementa mais representativa em relação ao texto do projeto que trata de **“provedores de aplicação” de forma geral**.
- **CCOM recebe emendas ao substitutivo sobre publicidade infantil em mídias digitais.** Foram apresentadas **7 emendas ao substitutivo** apresentado pelo deputado Gilvan Maximo (REP/DF) ao [PL 3161/2024](#) (*Restrição de Publicidade Infantil em Mídias Digitais*) no âmbito da Comissão de Comunicação (CCOM). A matéria aguarda a apresentação de novo parecer do relator às emendas para ser incluída na pauta de reunião deliberativa da Comissão. Após a análise pela CCOM, o projeto será apreciado pelas Comissões de Defesa do Consumidor (**CDC**); de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (**CPASF**); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (**CCJC**). Caso aprovado, seguirá diretamente para deliberação pelo Senado Federal – *salvo a interposição de recurso para votação anterior no Plenário da Câmara*.
- **CPASF deve analisar parecer favorável a projeto sobre proteção de dados de crianças e adolescentes para fins de marketing.** A deputada **Andreia Siqueira** (MDB/PA) reapresentou parecer, pela aprovação do PL 1746/2015 (*vedação de coleta dados de crianças e adolescentes com propósito de marketing*) e da **Emenda Adotada pela CCTCI**, com [substitutivo](#), na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF). A matéria aguarda a deliberação da Comissão para ser incluída na pauta da reunião deliberativa. Após a deliberação pela CPASF, o projeto passará pela avaliação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (**CCJC**) e então pelo Plenário da Câmara. Caso aprovado, será remetido para o Senado Federal.
- » De autoria do deputado **Giovani Cherini** (PL/RS), o projeto institui mecanismos de proteção sobre a coleta e guarda das informações pessoais de crianças e adolescentes na internet. O projeto **proíbe ainda a coleta de informações pessoais com o objetivo de marketing, ainda que para uso de forma agregada**. Também estabelece **pena de detenção de 6 meses a 2 anos** para quem **coletar informações pessoais de crianças e adolescentes** em desacordo com o disposto na proposição, sanção que será reduzida para 2 a 6 meses em caso de conduta culposa.
- **Janja pede regulamentação das redes após morte de criança em desafio e cobra votação no Congresso.** A primeira-dama **Janja** pediu a regulamentação urgente das redes sociais, após a morte de menina de 8 anos morrer após realizar o “desafio do desodorante”. Em vídeo publicado nas redes sociais, Janja classificou o desafio como “ignorante” e **afirmou que as redes sociais não podem ser “terra de ninguém”**, colocando em risco a vida de crianças e adolescentes. Ela destacou que, embora haja vários temas importantes para votação no Congresso, a regulamentação das redes sociais é uma das questões mais

urgentes. O caso de Sarah aconteceu na última quinta-feira, 10, em Brasília, após ela inalar o gás do desodorante durante o desafio, resultando em morte cerebral. A Polícia Civil investiga como a criança teve acesso ao conteúdo do desafio e quem são os responsáveis por sua publicação. Esse é o segundo caso de óbito relacionado a desafios semelhantes neste ano.

Com informações de: [O Estado de S. Paulo](#)

- **Associação Brasileira de Imprensa cobra regulamentação das redes.** A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) divulgou uma **carta em defesa da regulação das plataformas digitais e das *big techs* e da proibição da divulgação do que considera “conteúdos ilegais”**. O documento foi publicado no último domingo (13), ao final da 3ª Semana Nacional do Jornalismo – de 7 a 11 de abril, em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Curitiba. Segundo a associação, existe um risco de os veículos de comunicação tornarem-se extensões de grupos políticos, especialmente ligados aos segmentos mais conservadores da sociedade. “*O enfraquecimento das grandes empresas tradicionais enfatiza a necessidade da existência de um jornalismo comunitário, popular e independente*”, diz trecho da carta. Com informações de: [Poder 360](#)

## Governo Digital

- **Governo define composição das câmaras técnicas do CITDigital.** Foram publicadas no Diário Oficial da União – DOU desta quinta-feira (17) portarias referentes ao Comitê Executivo do CITDigital, vinculado à Casa Civil, que instituem a criação de **3 Câmaras Técnicas Temáticas no âmbito do Comitê Interministerial para a Transformação Digital (CITDigital)**. De natureza consultiva, o Comitê tem como objetivo assessorar o Presidente da República na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas voltadas à transformação digital. Sua estrutura é composta por um Plenário, um Comitê Executivo e um Conselho Consultivo, os quais preveem a participação, sem direito a voto, de representantes de órgãos, entidades públicas e privadas, além da sociedade civil. Já as Câmaras Técnicas **exercerão funções consultivas e técnicas**, contribuindo com a formulação e execução da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital, conforme estabelecido no [Decreto nº 12.308/2024](#). As composições das Câmaras Técnicas são as seguintes:
- » **Câmara Técnica de Transformação Digital do Estado (Portaria nº 1/2025)**: Composta por 17 membros, será coordenada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (**MGI**). Entre os participantes, destacam-se a Casa Civil, os ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (**MCTI**), da Educação (**MEC**), da Saúde (**MS**), da Justiça e Segurança Pública (**MJSP**), da Fazenda (**MF**), além da Controladoria-Geral da União (**CGU**), do Ministério das Relações Exteriores (**MRE**), do Gabinete de Segurança Institucional (**GSI**), e de empresas públicas como **SERPRO**, **DATAPREV** e **Telebras**.
  - » **Câmara Técnica de Economia Digital (Portaria nº 2/2025)**: Será formada por 11 membros e coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (**MDIC**). Farão parte representantes da **Casa Civil**, **MCTI**, **MGI**, **MRE**, Ministério da Agricultura e Pecuária (**MAPA**), **MEC**, **MF** e Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (**MEMP**).
  - » **Câmara Técnica de Cidadania Digital e Democracia (Portaria nº 3/2025)**: Composta por 15 órgãos, estará sob a coordenação da **Casa Civil**. Integram essa câmara a Secretaria de

Comunicação Social (**SECOM**), **MJSP**, **MCTI**, **MGI**, **MRE**, o Ministério das Comunicações (**MCom**), o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (**MDH**), o Ministério da Igualdade Racial (**MIR**), o Ministério das Mulheres (**MM**), o Ministério da Cultura (**MinC**), **MS**, **MEC**, **MF** e a Advocacia-Geral da União (**AGU**).

- **Idec se torna membro do Comitê Consultivo da Estratégia Nacional de Governo Digital.** O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) foi selecionado para integrar o Comitê Consultivo da Estratégia Nacional de Governo Digital (**ENGD**), conforme anúncio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (**MGI**) na última sexta-feira (11). O Comitê é responsável por discutir as estratégias para o gov.br e outras ferramentas digitais do governo, além de propor recomendações e monitorar políticas públicas voltadas à inovação digital. Como representante da sociedade civil, o Idec se destaca pela atuação na **defesa dos direitos dos consumidores no uso de ferramentas digitais do governo**, como a proteção de dados pessoais e a acessibilidade para populações com dificuldades de acesso às plataformas digitais. O Instituto reforça seu compromisso com a discussão sobre os direitos dos cidadãos no contexto das ferramentas governamentais digitais. O Comitê é composto também por entidades da administração pública, setor privado e comunidade científica, com o objetivo de promover um debate plural sobre as melhores práticas e soluções para o governo digital. Com informações de: [IDEC](#)

## Economia & Tributário

- **Reforma tributária traz novidades para empresas, que começarão a testar novo sistema de arrecadação em 2025.** Em junho, 500 empresas selecionadas poderão participar de testes em um ambiente criado pelo Serpro, aproveitando uma infraestrutura de nuvem soberana. O sistema contempla a introdução da Contribuição sobre Bens e Serviços (**CBS**) e do Imposto sobre Bens e Serviços (**IBS**), com ferramentas como uma calculadora e um portal acessível pelo Gov.br, além de uma declaração pré-preenchida pela Receita Federal. Embora o recolhimento dos novos tributos comece somente em 2027, em 2026 as empresas deverão incorporar esses cálculos em suas notas fiscais eletrônicas. O gerente de projetos da Receita Federal, **Marcos Flores**, destacou que a reforma visa facilitar o sistema tributário atual, que será aprimorado também pela entrega de um Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) alfanumérico, a ser implementado em 2026. O desenvolvimento do sistema, que **integra a apuração do IBS e da CBS de forma sincronizada**, é presidido por **Luiz Dias** e está em andamento há mais de 1 ano. Durante um recente webinar, os representantes do Serpro demonstraram as funcionalidades projetadas para os contribuintes, com a expectativa de que soluções estejam prontas até o final de 2025. Com informações de: [Folha de S. Paulo](#)

## Ambiental

- **Deputado Zé Silva é designado relator de projeto sobre alterações na nova legislação tributária na CMADS.** O deputado **Zé Silva** (SD/MG) foi designado relator do [PLP 30/2025](#), que “Altera a [Lei Complementar nº 214 de 16 de janeiro de 2025](#), que Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto

*Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária”, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS). Após a deliberação da CMADS, a matéria segue para a Comissão de Finanças e Tributação (CFT), Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, por fim, pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Se aprovada, seguirá ao Senado Federal.*

- » De autoria do deputado **Nilto Tatto** (PT/SP), o projeto altera o primeiro projeto de regulamentação da reforma tributária para tratar de **critérios de avaliação em relação às questões ambientais**. Desse modo, **substitui a avaliação quinquenal por uma avaliação anual** da eficiência, eficácia e efetividade, enquanto política social, ambiental e sanitária, da **incidência do Imposto Seletivo**, que será realizada a partir do ano seguinte ao de sua instituição. Além disso, prevê que a avaliação anual considerará, prioritariamente, a eficiência da sua política extrafiscal, conforme os critérios objetivos a serem estabelecidos em lei ordinária. Estabelece que a **inclusão e exclusão de incidências no âmbito da avaliação considerará a classificação de atividades da Taxonomia Sustentável Brasileira** produzido pelo Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira (CITSB) ou órgão equivalente que o vier a substituir. Por fim, **inclui na incidência do Imposto Seletivo as atividades, ativos ou categorias de projetos que não estiverem classificados na Taxonomia Sustentável Brasileira**.

## Internacional

- **Tarifa sobre semicondutores será anunciada nesta semana, diz Trump.** O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou que uma **nova tarifa sobre semicondutores importados será revelada na próxima semana**. Ele explicou que **algumas empresas do setor terão flexibilidade quanto à implementação da tarifa**. Trump também ressaltou a **intenção dos EUA de fabricar seus próprios chips e semicondutores**, reduzindo a dependência de outros países. O anúncio de isenção tarifária para telefones, computadores e chips foi feito na sexta-feira (11.abr), **mas com a exceção dos semicondutores, que migrarão para uma nova classificação tarifária**. O secretário de Comércio, Howard Lutnick, afirmou que a **isenção é temporária e deve durar de um a dois meses**, enquanto itens relacionados à segurança nacional, como semicondutores, terão tarifas especiais. **Os semicondutores fabricados em Taiwan e finalizados na China, usados por grandes empresas como Apple e Nvidia, estarão sujeitos à nova tarifa, com a intenção de incentivar a produção interna nos EUA.** Com informações de: [Poder 360](#)

## Administração Pública

- **Anatel lança painel com informações sobre Coletas de Dados Setoriais.** A Agência Nacional de Telecomunicações (**Anatel**) lançou um novo painel público que apresenta informações detalhadas sobre as Coletas de Dados Setoriais realizadas junto às empresas do setor regulado. A ferramenta visa **ampliar a transparência e facilitar a análise de dados pelas prestadoras, pesquisadores e sociedade em geral**. O painel abrange as **24 coletas de dados** atualmente em execução e permite acompanhar a situação dos arquivos enviados pelas prestadoras, incluindo o status de processamento e eventuais erros de layout ou qualidade. Desde a implementação do Sistema Coleta de Dados, em junho de 2022, foram recebidos

cerca de **528 mil arquivos**, sendo aproximadamente 511 mil processados com sucesso. A coleta relacionada aos acessos dos Serviços de Comunicação Multimídia (**SCM**) representa o maior volume de dados. Segundo a Anatel, a nova ferramenta reflete o compromisso da Agência com a melhoria da gestão de dados e o fortalecimento do setor de telecomunicações. O sistema realiza validações automáticas para garantir a integridade dos dados recebidos. O presidente da Anatel, Carlos Baigorri, destacou que o painel reforça a confiabilidade das informações utilizadas na regulação. Com informações de: [ASCOM ANATEL](#)

## Consultas & Compras Públicas

- **Senajus abre consulta pública para atualizar regulamentação de processo de classificação indicativa de redes sociais.** A Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública (**Senajus/MJSP**) publicou no Diário Oficial da União (DOU) o [edital](#) de abertura de Consulta Pública para **receber sugestões e contribuições à minuta da nova Portaria que regulamentará o processo de Classificação Indicativa**. A proposta tem como objetivo **atualizar a normativa da Política Pública de Classificação Indicativa**, atualmente regida pela [Portaria MJSP nº 502/2021](#), que abrange conteúdos potencialmente inadequados para determinadas faixas etárias. A regulamentação se aplica a programas de televisão (aberta e por assinatura), produções cinematográficas, vídeos domésticos (como DVDs), jogos eletrônicos e aplicativos, jogos de RPG, programas de rádio, espetáculos públicos e conteúdos sob demanda (VOD).
  - » Entre as **principais novidades** da minuta, destacam-se as novas definições sobre impulsionamento de conteúdo e engajamento direcionado, além da inclusão de critérios como o direcionamento de publicidade e comunicação mercadológica voltada à criança e ao adolescente. Essa comunicação, quando tem o intuito de persuadi-los ao consumo de produtos ou serviços, será considerada na definição da classificação indicativa final. Também serão avaliados os enlaces (links) oferecidos nos aplicativos que direcionem ou apresentem conteúdos ilícitos, impróprios, inadequados ou voltados exclusivamente para maiores de idade. As contribuições podem ser enviadas até 15 de junho de 2025, por meio da plataforma Participe + Brasil, no [link](#) da consulta pública. Dúvidas e mais informações podem ser encaminhadas para o e-mail: [classificacaoindicativa@mj.gov.br](mailto:classificacaoindicativa@mj.gov.br).

## Nomeações

- **Designação de Coordenadora de Inteligência Artificial no MDIC.** A [Portaria de Pessoal SE/MDIC nº 146/2025](#) designa **Clarissa Ferreira Lima Paes de Barros** para exercer o cargo de Coordenadora de Inteligência Artificial, vinculado à Coordenação-Geral de Inteligência Artificial e Tecnologias Emergentes, do Departamento de Transformação Digital e Inovação, da Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (**MDIC**).
- **Designação de Coordenador Substituto de Articulação Tecnológica na SUFRAMA.** A Portaria de [Pessoal SUFRAMA nº 70/2025](#) designa **Wariton Pereira de Souza** para exercer o encargo de Coordenador Substituto de Articulação Tecnológica, vinculado à Superintendência

Adjunta de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).